

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável
RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade
Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita
Diretor Executivo
Fernando L. Mitre
Editor Chefe
Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto
Diretor Comercial
Roberto Crissiuma Mesquita
Diretor Agência Estado
Rodrigo L. Mesquita

Um gol no primeiro tempo

Em entrevista concedida ao jornal **Gazeta Mercantil**, na semana passada, o secretário de Política Econômica do governo federal, Winston Fritsch, estabeleceu os limites de ação da equipe da qual faz parte:

“A votação da medida provisória que criou a nova política salarial será um marco. Se aprovada tal como concebida pelo governo federal, teremos feito um gol no final do primeiro tempo”.

Fritsch entende que uma derrota do governo neste caso poderia significar o empurrão que falta para a hiperinflação, até aqui camuflada, vir de vez à tona, com riscos para todo o processo político brasileiro.

Uma derrota do governo poderia ser, também, a senha para um início de debandada da equipe econômica, uma vez que, como reconheceu uma fonte do Ministério da Fazenda na mesma reportagem, “o ministro está — agora podemos dizer, estava (N. da R.) — encurralado”.

O que mudou essa perspectiva foram dois fatos acontecidos no mesmo dia em que a entrevista de Winston Fritsch era publicada. Primeiro, o governo conseguiu o que poderíamos chamar de “o pê-nalti” que deverá propiciar ao ministro Fernando Henrique Cardoso marcar o que talvez venha a ser o primeiro gol oficial de sua administração: a Comissão Mista do Congresso, encarregada de analisar a Medida Provisória do governo que estabelece reajuste mensal dos salários com um redutor de dez pontos percentuais, aprovou a proposta assinada pelo Palácio do Planalto com apenas um voto contra, do senador Afonso Camargo, do PTB.

Segundo, depois de articulações comandadas pelo próprio ministro da Fazenda, o governo acertou uma aliança com seis partidos no Congresso, garantindo 269 votos até agora para a MP salarial — 101 do PMDB, 45 do PSDB, 40 do PP, 30 do PTB, 3 do PPS, 50 do PFL —, o que assegura a aprovação, amanhã, da MP salarial. Ou seja, o gol no primeiro tempo, que o secretário de Política Econômica considera decisivo para que a equipe

de Fernando Henrique vença o jogo, parece garantido. Isso apesar das trapalhadas de sexta-feira, provocadas pela briga de Itamar Franco com o Banco Central, prontamente neutralizadas pelo ministro da Fazenda com a indicação de Pedro Malan para o lugar de Paulo César Ximenes.

Assim, o ministro da Fazenda poderá, finalmente, dar andamento ao até agora apenas esboçado programa de saneamento das finanças públicas, contido no PAI, que praticamente ficou parado desde que foi lançado, porque o governo teve que concentrar todas as suas forças no trabalho de evitar que a política salarial aprovada pelo Congresso, com correção de 100% da inflação, liquidasse, de vez, com qualquer esperança de êxito da equipe comandada por Fernando Henrique.

O calendário estabelecido pelo ministro prevê, agora, prioritariamente, um combate corpo a corpo com os preços para não deixar que a inflação descole muito acima dos níveis atuais, a aceleração das privatizações e o fechamento do acordo de rolagem da dívida dos Estados e municípios — que caminha muito bem. Simultaneamente, aí com todo o governo envolvido, serão acelerados os trabalhos de preparação das propostas para a revisão constitucional e as negociações com o Congresso para aprovar a reforma do sistema tributário ainda este ano. Com isso, o ministro acredita que poderá conter a impaciência de alguns setores da sociedade e também do governo, a começar pelo presidente da República, por resultados concretos imediatos da política antiinflacionária. A partir de novembro, sem mágicas, teríamos o início da queda gradual no ritmo de crescimento dos preços. O governo entraria, então, em 1994, em condições de aplicar medidas mais duras — leia-se desindexação — para debelar de vez a inflação.

O cronograma é perfeitamente viável e só corre riscos em função da imprevisibilidade do comportamento do Congresso e da instabilidade do temperamento do presidente Itamar.